

EMENDAS NO DOCUMENTO BASE DA CONFERENCIA

Documento Referência

EIXO I - OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL ARTICULADO DE EDUCAÇÃO

Modificações no Texto Referência

Alterar o parágrafo 16: Como prática social, o ensino tem como locus privilegiado, mas não exclusivo, a escola, entendida como espaço propício para o diálogo na construção e fortalecimento de relações amorosas. Para tanto, é fundamental atentar para as demandas sociais como parâmetro para o desenvolvimento das atividades.

Posições Majoritárias

- 1. A escola não pode mudar tudo e nem mudar a si mesma sozinha, pois ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Ela se define pelas relações sociais que desenvolve como instituição, precisa buscar o que é específico dela, o ensino e a aprendizagem como direito humano, social e democrático de todos (as) que a constituem. Não há como educar para a autonomia, criatividade, autoconfiança, numa escola moldada no conteudismo, na memorização e na fragmentação do conhecimento. Como espaço de relações, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações é também um lugar de representações sociais.**
- 2. A escola precisa ter uma relação permanente com a**

comunidade, construindo coletiva e participativamente o seu Projeto Político Pedagógico, observando o seu entrelaçamento com outros espaços e setores da sociedade, especialmente com os movimentos sociais e populares (negros, mulheres, índios e homossexuais), dialogando com a realidade de cada segmento incluindo-os no processo de democratização do agir e do fazer o conhecimento.

- 3. Regionalização do livro didático (encaminhar para o eixo pertinente)**
- 4. Efetivar parceria com as universidades como instâncias formadoras, para que estas se aproximem da prática cotidiana da escola.**
- 5. Investimento na formação inicial e continuada dos docentes, pois o aluno aprende quando o professor aprende, ambos aprendem quando pesquisam, dialogam e decodificam a realidade de uma forma crítica.**
- 6. Educar para além da formação para o mercado de trabalho, pois o emprego é importante mais a escola deve se preocupar com todos (as), inclusive com aqueles (as) que não terão empregos.**
- 7. Como função social: reconhecer o papel estratégico da escola e da educação para a construção de uma nova ética centrada na vida, na solidariedade e numa cultura de paz, superando as práticas consideradas opressoras, de modo**

a incluir, efetivamente, os grupos historicamente excluídos: povos tradicionais (negros, povos, indígenas, mulheres, etc.).

8. O ensino escolar na sua integralidade deve fortalecer relações de não-violência e o reconhecimento das diferenças com aquilo que nos torna iguais. O ensino deve fortalecer o (a) educando (a) como seres - sendo livres e a vida como direito de todos (as) humanos (as) e não humanos (as).

9. Garantia da educação| aprendizagem na formação de cidadãos autônomos, conscientes de seu papel na sociedade, criando e recriando valores que focalizem o respeito à diversidade social, cultural e ambiental para a construção de saberes necessários para um novo mundo.

10. A Escola tem que ser unitária, pública, laica e de qualidade social para todos e todas.

Posições Minoritárias

Não houve posicionamentos minoritários

Relatório do Colóquio: GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS E SISTEMAS DE ENSINO: A RELAÇÃO ENTRE SUJEITOS E AS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO.

Realizado em 12 / 12 / 2007

Responsável pela sistematização: RUI VALDO COUTINHO DOS SANTOS e SILVIA PEGADO

Documento Referência

Eixo I: OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL ARTICULADO DE EDUCAÇÃO

Modificações no Texto Referência

27 - Com isso, cabe enfatizar a necessidade de: democratizar a gestão da educação e da escola, garantindo a participação de estudantes funcionários, pais, professores, equipe gestora e comunidade local na definição das políticas educacionais; fortalecer os Conselhos Escolares com caráter deliberativo, fiscalizador, mobilizador, autônomo e democrático; estabelecer mecanismos democráticos como forma de provimento ao cargo/função de diretor, para todos os sistemas de ensino e implantar formas colegiadas de gestão da escola.

27 – Com isso cabe destacar a necessidade de: democratizar a gestão da educação e da escola, garantindo a participação de estudantes, funcionários, pais, professores, equipe gestora e comunidade local nas políticas educacionais; estabelecer eleição direta para a equipe diretiva como mecanismo democrático enquanto forma de provimento ao cargo/função de gestor para todos os sistemas de ensino; e implantar formas colegiadas de gestão da escola.

Posições Majoritárias

Remetidas à construção de um novo tópico

Posições Minoritárias

NÃO HOUVE

Relatório do Colóquio: EDUCAÇÃO INFANTIL EM NOVAS
PERSPECTIVAS

Realizado em 13 / 12 / 2007

Responsável pela sistematização: MARIA DE JESUS ARAÚJO
RIBEIRO

Documento Referência

EIXO II - DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO E QUALIDADE
SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Modificações no Texto Referência

A educação é direito de todos sendo, de responsabilidade do poder público municipal a garantia da educação infantil gratuita e de qualidade a todas as crianças de 0 à 5 anos;

Posições Majoritárias

- Garantir a implantação de uma política de formação inicial e continuada que contemple os conhecimentos específicos na área da educação infantil para professores e demais trabalhadores da educação;
- Superar a ruptura entre as etapas e níveis de ensino;
- Garantir a efetivação do sistema de municipalização da EI, pelo Governo dos Estados, a partir de diálogo com os profissionais da educação, de forma organizada para que os municípios se estruturam e assumam com

qualidade essa etapa do ensino, conforme os padrões de infraestrutura e os de qualidade estabelecidos pelo MEC/2006;

- Garantir o acesso de professores para a EI seja feito através de concurso publico específico;
- Garantir a adequação, ampliação e construção de creches, pré-escolas e o centro de educação infantil com base nos padrões básicos de infra - estrutura e os de qualidade publicados pelo MEC/2006;
- Garantir que o Poder Público assuma gradativamente o atendimento das crianças que se encontram sob a forma de escolas conveniadas até o final da vigência deste plano;
- Garantir a ampliação das equipes técnicas das Secretarias Municipais de Educação para o acompanhamento pedagógico as creches, pré-escolas e o centro de educação os infantil;
- Garantir que as propostas político pedagógicas das instituições de educação infantil sejam construídas e/ou implementadas com a participação da comunidade escolar e do entorno das instituições;
- Ampliar o atendimento as crianças de 0 à 3 anos conforme a legislação vigente até o final da vigência deste plano;
- Garantir recursos pedagógicos com qualidade, suficiente para o uso das crianças (de acordo com suas necessidades) matriculadas em IEI, tais como: livro de literatura infantil, jogos pedagógicos, brinquedos, material de expediente, bem como equipá-los com parques infantis e ainda uma alimentação saudável diversificada e adequada a cada faixa etária;
- É obrigatório a oferta de atendimento educacional às crianças com deficiência desde a primeira etapa da educação básica, respeitando a faixa etária estabelecida para a EI, em conjunto com as demais crianças, na rede regular de ensino
- O princípio da gestão democrática deve embasar a gestão das instituições de EI (creches, pré-escolas e ou Centros de Educação Infantil), vinculadas ao sistema de educação que deve levar em

consideração as opiniões, críticas e sugestões dos profissionais que ali trabalham e da comunidade atendida;

- Garantir que todas as instituições de educação infantil sejam autorizadas e credenciadas pelos seus respectivos sistemas de ensino;
- Fortalecer as diferentes formas de organização social e popular de educação Infantil, dentre elas, o Fórum Amapaense de Educação Infantil, integrante do MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, de modo a sensibilizar os municípios a criarem seus próprios Fóruns;
- Garantir a disponibilização, a cada seis meses, os resultados dos Planos Estaduais e Municipais nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, bem como da totalidade dos recursos recebidos para educação infantil e discriminação da aplicação dos recursos, de forma transparente para facilitar o controle social pela sociedade civil;
- Garantir a organização de uma Central de Banco de Dados com indicadores da educação infantil e sua disponibilização para subsidiar as políticas públicas de educação infantil;

Posições Minoritárias

- Reconhecer o (a) professor (a) que atua com a criança de 0 à 5 anos de idade é o (a) mediador (a) do processo de aprendizagem e desenvolvimento;

Relatório do Colóquio: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Realizado em 13 / 12 / 2007

Responsável pela sistematização: REGINA MARA CANDIDO DOS SANTOS E EDILENE DO SOCORRO ALMEIDA DIAS

Documento Referência

EIXO II - DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO E QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Modificações no Texto Referência

Não houve modificações no parágrafo 31, tópico referente a EJA.

Posições Majoritárias

- 1. Assegurar nas Políticas de Financiamento da Educação Básica recursos para a aquisição de materiais didáticos – específicos – para a EJA;**
- 2. Elaboração de Diretrizes Estaduais e Municipais norteadoras para os conteúdos programáticos que possam abarcar os conhecimentos: locais, regionais, nacionais e universais;**
- 3. Garantir que todos os programas federais, estaduais e municipais que atendem a modalidade da EJA (PRONERA, PROEJA), sejam transformados em Políticas Públicas de Estado;**
- 4. Garantir quadro permanente de professores (as) para atendimento das reais necessidades da EJA e formação continuada específica para os (as) docentes desta modalidade;**

- 5. Acompanhamento e assessoramento técnico - pedagógico permanente para a formação continuada garantindo pelo menos 40% de teoria e 60% de prática.**

- 6. Construção de um centro de estudo e/ou formação da EJA nos Estados Municípios a exemplo de outras capitais que trabalham com políticas públicas voltadas a esta modalidade;**

- 7. Criação da Rede Nacional de Informação e Pesquisa em EJA**

- 8. Criação de uma rede de comunicação técnico - pedagógico via internet entre escolas/órgão gestor, para uma viabilidade operacional das ações político - pedagógicas da EJA;**

- 9. Buscar parcerias com entidades não governamentais para atendimento e escolarização da EJA, operacionalizando em espaços alternativos por meio de projetos específicos e/ou Políticas técnico-pedagógicas adequadas a esta modalidade;**

- 10. Maior controle sobre os estados na real aplicação das verbas destinadas a EJA (ausência de prestação de contas das SEED's sobre as verbas Estaduais e Municipais destinadas para esta modalidade);**

11. **Pensar na EJA como fluxo contínuo, para tanto estabelecer normas;**
12. **Buscar a efetivação política das mudanças quanto a idade de ingresso em cursos e exames na EJA;**
13. **Estabelecer diálogos contínuos entre as Coordenadorias, Fóruns de EJA e o Conselho do FUNDEB sobre a EJA e suas reais necessidades:**
14. **Cobrar da gestão pública Federal, Estadual e Municipal visibilidade dos custos – gastos com a EJA.**

~~Posições~~ Posições Minoritárias

Não houve posições minoritárias

Relatório do Colóquio: CURRÍCULO, TEMPO E ESPAÇO.

Realizado em 12/12/2007

Responsável pela sistematização: MARIA SOCORRO

VARANDA

Documento Referência

EIXO II: DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO E QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO.

Modificações no Texto Referência

Parágrafo 31, item 11, linha 4: “.... na elaboração dos projetos político pedagógico: *na organização dos currículos e nas*

instancias de participação da comunidade escolar que compõe os segmentos das escolas interna e externa”.

Posições Majoritárias

- ▲ **Construção com a sociedade/comunidade de um plano estadual e municipal de educação, contendo diretrizes/orientações curriculares, como eixo norteador da re-elaboração do PDE e PPP apoiado pelo Governo Federal.**
- ▲ **Constituir equipe técnica-pedagógica multidisciplinar nas Secretarias Estaduais e Municipais, habilitada na área de currículo, para apoiar, assessorar e acompanhar a sistematização e ou re-elaboração do plano curricular articulado ao Plano de Desenvolvimento Escolar - PDE e Projeto Político Pedagógica - PPP. Entrelaçando as práticas educativas em parceria com as escolas dos governos Federal, Estaduais e Municipais.**
- ▲ **Garantir a construção e reconstrução do currículo - inter-relações a partir e com o conhecimento-ação e de práticas sociais e culturais da comunidade numa relação de autonomia-interdependência escolar.**
- ▲ **Promover fórum permanente de currículo como espaço-tempo de diálogo, construção de propostas para serem encaminhadas aos órgãos.**

Posições Minoritárias

- ▲ **Fortalecimento de grupos escola / bairros no diálogo com a comunidade local como possibilidade de**

construção e re-construção do currículo escolar, tendo como eixo norteador a valorização da vida planetária.

- ▲ Promover eventos na área de Currículo que possibilite, todos os sujeitos envolvidos no fazer escola – bairro - comunidade, um revisitar de concepções – paradigmas e vivências curriculares, entrelaçadas por princípios da solidariedade, liberdade, relação dialógica, do cuidado e do amor.**

Relatório do Colóquio: LEITURA – PROMOÇÃO E FORMAÇÃO DE MEDIADORES

Realizado em 12/12/2007

Responsável pela sistematização: TÂNIA ATAÍDE DE ATAÍDE

Documento Referência

EIXO II : DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO E QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Modificações no Texto Referência

Parágrafo 3 item 10

“A garantia do estímulo à formação de leitores e formação de mediadores, na Educação Básica, devem se constituir em atividades sistemáticas e periódicas contempladas pelos sistemas, como condição para a melhoria do processo ensino-aprendizagem”.

Foi incluído no texto base a palavra periódicas, para

garantir que as atividades relacionadas à leitura na escola aconteçam sempre. Foi retirada a caracterização dos sistemas (de ensino) para ampliar a possibilidade de participação e captação de recursos relacionados a leitura, haja vista que desenvolver a leitura é competência/responsabilidade de todos os segmentos da sociedade.

Posições Majoritárias

- Responsabilidade de todas as disciplinas escolares com a leitura e não somente Língua Portuguesa;**
- Importância das salas de leitura como espaço que garanta a produção de leitura literária;**
- Garantir a leitura para os educandos com necessidades especiais e da educação especial;**
- Garantir a participação da família na formação de leitores;**
- Garantir que as práticas de leitura sejam contempladas no projeto político-pedagógico da escola;**
- Incentivar planos que facilitem o acesso da população a livros paradidáticos e literários.**

Posições Minoritárias

- As salas de leitura distorcem a idéia que a leitura deve**

estar presente em todos os espaços da escola;

Relatório do Colóquio: FUNDEB E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE ENSINO

Realizado em 14 / 12 / 2007

Responsável pela sistematização: JOSÉ WELLINGTON FERREIRA

Documento Referência

Eixo III: CONSTRUÇÃO DO REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE ENSINO, TENDO COMO UM DOS INSTRUMENTOS O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.

Modificações no Texto Referência

O debate de financiamento da educação é realmente central e envolve a resolução de três nós críticos:

- **Revisão do papel da União no financiamento da educação básica;**
- **Instituir de um verdadeiro regime de colaboração entre os entes federados;**
- **O estabelecimento de uma real valorização dos/as trabalhadores/as em educação.**

Posições Majoritárias

Sem uma definição da política de financiamento da educação é impossível cumprir diretrizes e metas do PNE, e agora, também, do PDE apresentado pelo MEC. Não é possível alcançar patamar aceitável de qualidade nem tampouco instituir o tão sonhado Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN – para os/as trabalhadores/as em educação. A

participação da União nesta redefinição é de fundamental importância para alcançarmos os objetivos e metas estabelecidas para a educação nacional e este novo papel está intimamente ligado a mudanças na condução da política econômica do atual governo.

Precisamos atacar o principal problema do financiamento educacional no País: falta de recursos. Exercendo rígido controle social para que sejam devidamente aplicados. Neste sentido defendemos:

- 1. Que os 25% dos recursos vinculados para educação, dos Estados, Distrito Federal e Municípios sejam todos destinados para a educação básica, o ensino superior seria financiado com recursos além dos 25% estabelecidos pelo artigo 212 da CF;**
- 2. A retirada da folha de pagamento dos/as aposentados/as dos 25% da educação, garantindo um orçamento específico para este pagamento com a colaboração União;**
- 3. Alcançar a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto – PIB – do País em educação;**
- 4. Aplicação de 20% da contribuição “Provisória” sobre movimentação financeira – Contribuições Sociais – na educação;**
- 5. O fim da DRU – Desvinculação dos Recursos da União – em relação à educação;**
- 6. Redução de subsídios e renúncia fiscal;**

- 7. A conversão da dívida dos recursos da educação;**
- 8. Que os recursos sejam aplicados com transparência, garantindo o pleno funcionamento do Conselho de acompanhamento e fiscalização de forma democrática, sendo seus membros eleitos pelos seus pares;**
- 9. Garantir, através do FUNDEB, a continuidade do PROMED para assegurar o financiamento das ações do Ensino Médio dos Estados;**
- 10. Garantir o financiamento do ensino médio integrado e educação profissional para todos os Estados, levando em consideração os cursos a serem oferecidos;**
- 11. Vincular a liberação dos recursos do FUNDEB para os Estados e Municípios mediante a efetiva implantação dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social;**
- 12. Modificar a redação do art. 212 da CF para: onde se lê “impostos” leia - se “tributos” (impostos, contribuições, taxas e outros);**
- 13. Implementação de cursos de qualificação permanente aos membros dos Conselhos do FUNDEB no âmbito Estadual e Municipal;**
- 14. Estabelecer em Lei que os recursos do FUNDEB sejam gerenciados pelas respectivas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação,**

15. **Elevar o percentual mínimo de recursos vinculados para a educação de 25% para 30%;**
16. **Tornar público, com ampla divulgação nas escolas, a movimentação financeira dos recursos da educação (FUNDEB, FNDE, FUST, dentre outros) e das folhas de pagamentos dos entes federados;**
17. **Alterar o texto do §1º do Art. 24 da Lei do FUNDEB para: onde se lê “legislação específica”, leia-se “Lei Complementar”.**

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

18. **Garantir que a constituição dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB seja definida pela indicação direta das categorias que os compõe.**

Posições Minoritárias

Não houve posicionamentos minoritários.

Relatório do Colóquio: EDUCAÇÃO E AFRODESCENDÊNCIA

Realizado em 13 / 12 / 2007

Responsável pela sistematização: LUCIANO RODRIGO DE OLIVEIRA

Documento Referência

EIXO IV - INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Modificações no Texto Referência

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei N. 10.639/2003

Educação voltada para os Afrodescendentes

- 1. Instituir por parte das secretárias Estaduais e Municipais de Educação no seu quadro administrativo uma divisão voltada à educação inclusiva, respeitando-se as relações étnico raciais na educação;**
- 2. Realizar aquisição e distribuição de bibliografias afro-brasileira por parte das Secretarias dos Estados e Municípios, visando garantir o acesso desses conteúdos a professores e alunos;**
- 3. Estabelecer linhas de financiamento específicas por parte do Mec e das Secretarias de Estado e Municípios para a produção do material didático pedagógico voltado a cultura e História Afro – Brasileira com recorte étnico regional;**
- 4. Promoção de cursos de formação continuada dos profissionais de educação voltado às relações étnico**

raciais no contexto escolar tendo como referencia as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais;

- 5. Instituir nos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação Câmara Temática voltada para a Educação étnico-racial,**
- 6. Garantir a formação de professores quilombolas em nível superior, para que o mesmo atue na sua própria comunidade;**
- 7. Garantir a formação e capacitação científica das populações quilombolas, dando suporte para que os mesmos promovam ações que visem ao desenvolvimento de sua comunidade;**
- 8. Promover eventos que envolvam a sociedade civil na definição de uma base comum de conteúdos sobre historia e cultura africana e afro-brasileira a serem incluídas nos currículos escolares, destacando a participação do negro na história e cultura de cada Estado e Município;**
- 9. Garantir a elaboração, divulgação e distribuição de livros didáticos que contemplem a história e cultura africana e afro-brasileira, respeitando-se as diversidades culturais e históricas de cada região;**
- 10. Garantir o incentivo à produção e divulgação de obras e pesquisas voltadas às temáticas afro-brasileiras e étnico-regionais;**

11. **Criar mecanismos que influenciem a sociedade e os entes federados a cumprir a lei 10639-03, obrigando os sistemas de ensino e escolas a adaptar seus currículos ao que exige a referida lei;**
12. **Garantir a realização de fóruns étnico-raciais nas escolas (sistemas estaduais e municipais), visando o diálogo permanente com os demais segmentos sociais em prol da inserção social da afro-descendente;**
13. **Garantir e assegurar que o FNDE, através do Plano Nacional do Livro Didático, adote como critério para compra e financiamento do livro didático, que as editoras cadastradas que considerem a inclusão da diversidade ambiental, cultural e das especificidades regionais na parte referente ao Núcleo Comum, nos livros de educação básica estejam contemplados os estudos da história e da cultura afro-brasileira, assim como adoção de trabalhos científicos de autores regionais;**
14. **Que o MEC, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e as Editoras ampliem as fontes de financiamentos para pesquisas científicas bolsas de estudos para pesquisadores de trabalhos relacionados a historia e cultura afro-brasileira e historia regional;**
15. **Garantir a construção de escolas em áreas das comunidades tradicionais, com estruturas adequadas: bibliotecas, salas de vídeo, laboratórios e mini-auditórios que envolvam saberes populares da comunidade;**
16. **Que o Ministério da Educação dê suporte administrativo e financeiro às escolas que estão em**

áreas quilombolas e comunidades negras rurais que ainda não obtiveram a titulação de suas terras pelo governo federal;

- 17. Difusão da cultura negra através de suas histórias, lendas, danças, capoeira e todas as expressões focadas na matriz africana em todos os materiais didático-pedagógicos financiados no âmbito do Governo Federal, Estadual e Municipal.**

Relatório do Colóquio: EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E ALTAS HABILIDADES/SUPER DOTADAS

Realizado em 13 / 12 / 2007

Responsável pela sistematização: WALDISA FERREIRA EVANGELISTA DO NASCIMENTO

Documento Referência

EIXO IV - INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Modificações no Texto Referência

31 – Dentre as bases para a democratização da gestão, como instrumentos na construção da qualidade social da educação, destacam-se:

- A necessidade de uma política educacional direcionada à inclusão, por meio da garantia da transversalidade da Educação Especial na Educação básica, seja na operacionalização desse atendimento escolar seja na formação docente.**

Posições Majoritárias

1- Incluir, no Sistema Nacional de Avaliação, critérios específicos, para analisar de forma qualitativa e quantitativa, a Política Inclusiva na Perspectiva da Educação Especial (estrutura física, defasagem idade/série, número de professores/educandos sem apoio especializado), garantindo assim, mecanismos de controle da qualidade do Ensino Público, no que se refere ao atendimento dos educandos com necessidades especiais;

2-Garantir a autonomia, através da descentralização dos recursos federais para os Centros de Atendimento a Pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação;

3-Viabilizar recursos, através de Projetos, para identificar educandos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, desde a pré-escola até as séries iniciais, a fim de potencializar as habilidades dos mesmos, desde a tenra idade;

4- Garantir a Formação dos Profissionais da Educação Básica na área da Educação Especial, visando à melhoria da qualidade das atividades, das práticas pedagógicas adotadas e a melhor compreensão dos professores a respeito das potencialidades e dos talentos dos educandos;

5- Assegurar aos Centros de Atendimento aos Educandos com Necessidades Especiais, o financiamento de Transporte Adaptado para a locomoção dos mesmos;

6- Garantir estratégias para que seja assegurada a responsabilidade social do setor privado, através do financiamento de cursos profissionalizantes para educandos com necessidades educacionais especiais, promovendo a diversidade e sua inclusão no mercado de trabalho;

7- Ampliar e garantir recursos financeiros diretamente às escolas e Centros de Atendimento para aquisição de equipamentos adaptados e materiais voltados para a Tecnologia Assistiva, promovendo o atendimento especializado aos educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e Altas Habilidades / Superdotação;

Posições Minoritárias
NÃO HOUVE

Relatório do Colóquio: CONSTRUÇÃO DA CULTURA DA PAZ NO CONTEXTO DA ESCOLA

Realizado em: 13 / 12 / 2007

Responsável pela sistematização: MARIA SOCORRO SILVA

Documento Referência

EIXO IV: INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Modificações no Texto Referência

52 - A inserção da diversidade nas políticas educacionais, nos currículos, nas práticas pedagógicas e na

formação docente implica compreender as causas políticas, econômicas e sociais de fenômenos como: desigualdade, discriminação, etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia, situação de risco social de crianças e jovens, exploração sexual e prostituição.

58 - Há uma nova sensibilidade nas escolas públicas em relação à diversidade e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos. Essa sensibilidade vem se traduzindo em ações pedagógicas concretas de transformação do sistema educacional público em um sistema inclusivo, democrático, cuidante, amoroso e aberto à diversidade.

Posições Majoritárias

- Implementar projetos alternativos de cunho educativo que promovam a cultura da paz, envolvendo a comunidade escolar e extra-escolar na busca da convivência solidária que garanta novas relações humanas.**
- Inserir nos currículos a luta das mulheres contra a opressão, o machismo e a violência sexista.**
- Assegurar acompanhamento técnico e psicológico, principalmente para alunos, pais e professores nas escolas que estejam localizadas em áreas com alto índice de violência.**
- Adotar a linguagem inclusiva, não sexista em todos os instrumentos da política educacional.**
- Garantir em todos os Sistemas de Ensino, uma política**

inclusiva, que supere os estereótipos de gênero, étnico-racial e orientação sexual.

- **Promover a reformulação e sistematização dos livros didáticos para que seja superado os estereótipos de gênero, étnico-racial e orientação sexual.**

Posições Minoritárias

- **Estender a educação inclusiva aos pais através de palestras, encontros e orientações diversas.**
- **Inserir programas e campanhas educativas na mídia relacionados a inclusão e diversidade, que promovam respeito a orientação sexual.**
- **Inserir a afetividade no currículo escolar como forma de trabalhar a paz e a não violência na sociedade e nas escolas.**
- **Garantir a implantação de um ensino religioso escolar sob o ponto de vista da laicidade do Estado que valorize a contribuição das diversas religiões e credos**